

Helena: reportagem biográfica sonora¹

Jéssica Estély Chiareli NAZARETH²

Nilton José dos Reis ROCHA³

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

Este trabalho trata-se de um relatório descritivo do produto experimental “Helena”, uma grande reportagem sonora biográfica sobre Helena Chiareli, trabalhadora rural que vive na Cidade de Matrinchã (GO). Para desenvolvimento da reportagem, levou-se em conta os métodos de biografia humana, pesquisa participante e entrevista em profundidade. Com duração de 40 minutos, o produto radiofônico apresenta duas narradoras, que tomam as vozes da autora-participante e da autora-observadora-participante. “Helena” demonstra que é possível uma prática compartilhada do jornalismo, que considera o sujeito do processo e não apenas o sujeito no processo.

PALAVRAS-CHAVE: Oralidade; jornalismo compartilhado; biografia

1 INTRODUÇÃO

“Aí fico pensando – Será que escolhi o curso errado? Muitos vestibulandos descobrem isso logo no primeiro ano ou no segundo... comigo, entretanto, acontece no último ano. Não escolhi o curso errado, mas sei que quero levar o que aprendi no jornalismo, não para os meios tradicionais”. (Francismar Bezerra)

Não é incomum que muitos estudantes de jornalismo não neguem esforços para moldar-se ao padrão exigido pelos meios tradicionais. O que é muito importante, e que a graduação em jornalismo deve sim ensinar. No entanto, ao que parece, o erro consiste em considerar uma única formação, um único mercado e um único fazer jornalístico.

Durante os quatro anos de estudo do curso de Comunicação Social, na Universidade Federal de Goiás, e com as vivências no Laboratório de Comunicação Magnífica Mundi, foi possível encontrar algumas saídas às práticas jornalísticas que não admitem todos os perfis profissionais e nem todos os lugares de fala. A partir delas, um trabalho de conclusão de

¹ Trabalho submetido ao XXIII Prêmio Expocom 2016, na Categoria JO 015, modalidade Documentário Jornalístico e Grande Reportagem em áudio e rádio.

² Aluna recém-formada em Jornalismo, email: jessicaestely@gmail.com.

³ Orientador. Professor do curso de Jornalismo, email: niltin.rocha@gmail.com.

curso foi desenvolvido, “Helena”, uma reportagem sonora biográfica que será apresentado no decorrer deste trabalho.

Helena Chiareli é camponesa, viveu quase a vida todo no campo. Aos 60 anos tenta aposentar-se como trabalhadora rural, mas corre risco de não ter acesso ao benefício, pois um de seus antigos patrões registrou a sua Carteira de Trabalho como doméstica, quando na verdade ela era vaqueira.

Além de sua história de vida, que se assemelha a de outras muitas trabalhadoras goianas e tange as problemáticas questões trabalhistas em Goiás, a personagem-autora foi escolhida por outro motivo: é minha vó.

Como Helena não frequentou a escola e não aprendeu a ler e a escrever nas grafias do alfabeto – que dão formas à esta escrita –, optou-se pela criação de um texto sonoro, que não apenas permitiria a leitura, como também que ela fizessem parte do processo, contribuindo com a construção do produto.

Nas práticas populares – onde está também o jornalismo -, é comum um método compartilhado de uma outra escrita: os que ditam, por razões diversas; e os que, por solidariedade ou dever do ofício, escrevem. Neste sentido, pensar e narrar surgem antes, bem antes, de qualquer grafia que se denomina alfabeto. Narrar, portanto, é preciso. Afinal a oralidade é a plenitude do discurso.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Desenvolvimento de uma grande reportagem biográfica literária sobre a trabalhadora rural Helena Chiareli, abordando, por meio das suas vivências, questões como trabalho no campo, violência e acesso aos direitos trabalhistas.

2.2 Objetivos específicos

- Produzir um produto experimental compartilhado, de maneira que a fonte seja também narradora.
- Propor uma prática jornalística em que o sujeito participa do processo de produção.
- Descentralizar o fazer jornalístico da prática grafocêntrica.
- Demonstrar que o fazer jornalístico não anula, necessariamente, a possibilidade de considerar os sujeitos sociais como autores das próprias narrativas.

3 JUSTIFICATIVA

Em janeiro de 2014, um relatório divulgado pela Organização nas Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) apontou o Brasil como o 8º país no mundo em número de analfabetos adultos, com 13,2 milhões de habitantes que não sabem ler e nem escrever. Além de refletir a problemática da educação no país, o dado também lança luz sobre outro aspecto: o letramento como controle de poder e exclusão.

Não é nenhum segredo que, em determinado momento, ocorre a valorização da cultura escrita sobre a cultura oral, o que acaba proclamando a superioridade da grafia sobre a oralidade e não somente as diferenças entre as duas (PATTANAYK, 1995 apud SILVA, 2008). Sendo assim, além de milhões de brasileiros serem negados à escrita, a própria escrita também os nega enquanto sujeitos de discurso, seguindo a lógica grafocêntrica.

No jornalismo, essa questão se torna ainda mais visível. Certa vez, em um acampamento do MST em Baliza (GO), durante atividades do laboratório MagníficaMundi, um dos estudantes de jornalismo decidiu coordenar uma oficina de rádio popular. Ao tentar partilhar com os camponeses os conhecimentos que havia adquirido nas aulas de radiojornalismo e laboratórios do curso, o jovem começou falando de linguagem radiofônica, técnicas de escrita e formatação do roteiro a ser lido no ar.

Não é difícil imaginar que alguns dos participantes se levantaram imediatamente ao ouvir as palavras “escrever” e “ler” e abandonaram a oficina. O falta de atenção do estudante, que mais tarde acabou virando um tipo de piada entre os colegas, demonstra a lógica perversa por trás da escrita, ou a imposição da cultura escrita em detrimento da oral. Ou, o que parece mais perverso, a incapacidade dessas sociedades letradas em superar o chamado analfabetismo.

A linguagem radiofônica utilizada pelos jornalistas nada mais é do que uma cópia normatizada da oralidade. Ora, por que então não buscar na técnica a sua fonte original? Com um olhar mais atento, se entenderia que o estudante talvez dominasse os conhecimentos sobre a tecnologia de funcionamento da rádio popular, mas seriam os camponeses quem o ensinariam sobre como falar para ser ouvido em ondas.

Embora o analfabetismo quase sempre seja visto como “uma passividade ou ausência de atividade cultural que está à espera do preenchimento social por parte de alguma espécie de cultura superior” (SILVA, 2008, p.2), ele pouco tem a dizer sobre o sujeito. O jornalismo tem como uma das preocupações centrais romper com a ideia de que

os sinais do alfabeto são os únicos produtores de sentido possíveis, já que os significados transferidos para o papel já existem antes dele - e também não se alteram além da escrita.

Neste ponto, Freire lembra que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não pode prescindir da continuidade da leitura daquela” (FREIRE, 1981, p.9). Ou seja, antes de se ler a palavra escrita, se lê o mundo e essa leitura não se perde ao não ser transformada em signo que se vê com os olhos.

Pensando nisso, se propôs a elaboração de um trabalho que contemple o discurso em sua plenitude: uma reportagem sonora. As narrativas contidas nela são da própria personagem, Helena Chiareli, que apresenta as suas memórias em primeira pessoa. Além do parentesco, há outro motivo fundamental para a escolha de Helena: Parafrazeando Octavio Ianni, se um dos maiores dilemas do pensamento brasileiro, no presente, é compreender o homem comum (IANNI, 1975 apud MARTINS, 2008), o maior desafio do jornalismo é compreender não apenas o homem, mas a mulher comum.

Embora as/os jornalistas sejam consideradas/as os narradoras/es do cotidiano, o jornalismo, enquanto ciência social aplicada, tem as suas premissas no cruzamento das ciências sociais que tem “relativamente pouco interesse pelo cotidiano e seu personagem, pelo que parece e por quem parece banal e insignificante, pelo que se repete e por quem se repete e, por isso, anula a visibilidade do todo e a consciência crítica que daí decorre” (MARTINS, 2008, p. 12).

Por isso, este trabalho, antes de mais nada, se trata de um resgate. Resgate de memórias, da oralidade, e do jornalismo do dia-a-dia – do meu bairro, da minha cidade, da minha família, enfim, do meu cotidiano.

3.1 Trabalho rural no Brasil

Com pouco ou nenhuma regulação específica para o trabalho rural, em 1923, a partir da lei Eloi Chaves, regulamentou-se a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões dos trabalhadores urbanos. Com isso, foi inaugurado no Brasil “um sistema de assistência social aos idosos e inválidos da zona rural” (SOARES, 2009). No entanto, apenas com a nova constituição de 1988 o benefício foi universalizado para todos os idosos e inválidos do meio rural, com efetivação administrativa apenas em 1992.

À época, as mulheres que trabalhavam no campo também tiveram condições de acesso à aposentadoria especial, já que “o antigo regime era específico para o “cabeça” do casal” (SOARES, 2009). Depois disso, em 2013, a profissão de vaqueiro foi regulamentada

no Brasil. A lei que reconhece a profissão foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff no dia 16 de outubro daquele ano. Desde então, vaqueiro é considerado, também pela justiça, como o profissional que maneja, trata e conduz bois, cavalos e ovelhas e outros animais de pastoreio.

Além disso, também foi considerado vaqueiro quem “cuida da ordenha, alimentação ou auxilia na reprodução assistida das espécies, sob orientação do profissional veterinário” (BRASIL, 2013). A demora na regulamentação da aposentadoria dos camponeses e o reconhecimento legal tardio de uma profissão que sempre esteve atrelada às práticas trabalhistas brasileiras rurais, especialmente no Estado de Goiás, reflete o modo de produção e as relações de trabalho no setor agrário no país.

Muitos pesquisadores têm diagnosticado, em várias partes do mundo ocidental, que as transformações no meio agrícola tem (sic) se mostrado socialmente excludentes, provocando a diminuição das populações rurais bem como o aumento da precarização do emprego para aqueles que lá permanecem. (BENEDICTO et al, 2007, p.01)

Sendo assim, os trabalhadores rurais são submetidos a duas situações de violência simbólica com a chamada expansão agrícola: ou deixam o campo e partem para a cidade tentando encontrar meios de subsistir ou permanecem nele sob alçó da lógica trabalhista latifundiária. Não é à toa que apenas em 2015 mais de 1000 trabalhadores em situação análoga à escravidão foram resgatados no Brasil.

De acordo com um balanço realizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, pelo menos 403 pessoas foram identificadas em situações 21 de trabalho degradantes em 55 operações realizadas na área rural durante o ano passado (BRASIL, 2016).

Paralelo a essas problemáticas, a sindicalização dos trabalhadores rurais se intensificou, emergindo “no âmago de uma grande mobilização por direitos trabalhistas pela regulamentação dos contratos de arrendamento e por reforma agrária, sendo esta última, a principal frente de combate dos camponeses brasileiros nas últimas décadas” (BENEDICTO et al, 2007, p.6).

No entanto, em oposição ao avanço conseguido pela luta e organização dos movimentos sociais e sindicatos camponeses, houve alguns retrocessos por parte da lei no acesso aos direitos trabalhistas do campo. Como foi o caso, por exemplo, da aprovação pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Rural do projeto de

lei 3.689/41 – que ainda tramita no plenário – que retira os termos “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho” da definição do Código Penal de trabalho escravo (BRASIL, 2015).

Ou ainda, da tentativa de aprovação da Medida Provisória 66821, que propunha a modificação de dois artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de maneira que os trabalhadores do campo não tivessem mais a hora *in itinere*, tempo de deslocamento dentro das propriedades rurais, somada a sua jornada de trabalho.

3.2 Trabalhadoras rurais

Quando se fala em trabalho rural no Brasil, não se pode deixar de mencionar também nas trabalhadoras rurais. Ao contrário de seus companheiros, irmãos, primos e conhecidos, as camponesas, por muito tempo, não tiveram o seu ofício reconhecido. Na grande maioria das vezes, elas eram consideradas apenas “auxiliares” dos verdadeiros trabalhadores: os homens.

Para as mulheres no campo, seu papel tinha que ser exercido na casa e no roçado e, mesmo que trabalhassem na produção eram consideradas mão-de-obra familiar, auxiliar do marido, uma ajuda não remunerada e sem nenhuma participação nas decisões quanto à aplicação do dinheiro conseguido (DUARTE, 2009, p. 11).

Por isso, como já dito anteriormente, apenas em 1992 elas foram consideradas de fato enquanto trabalhadoras rurais, tendo acesso, assim como os trabalhadores, a benefícios como aposentadoria. Isto é, além de serem marginalizadas enquanto camponesas, as trabalhadoras também, dentro do próprio campo, são marginalizadas enquanto mulheres - estando à beira da beira social ocupada pelos trabalhadores rurais do gênero masculino. É neste contexto que Helena, uma reportagem biográfica sonora sobre uma trabalhadora rural, se apresenta.

As narrativas que compõe o produto experimental não tratam apenas da questão do trabalho rural no Brasil, como também do trabalho rural exercido por uma mulher. A personagem-autora tem berço na agricultura familiar. Começou a trabalhar no campo aos sete anos, ajudando os pais. Na adolescência, migrou para a cidade, mas aos 17 anos, quando se casou, se mudou com o esposo novamente para a área rural, de onde retira o seu sustento até os dias de hoje.

Atualmente Helena Chiareli, já aos 60 anos de idade, tenta se aposentar como trabalhadora rural, no entanto, encontrou algumas travas legais para acesso ao benefício.

Entre elas, uma contradição apontada por sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - a mulher trabalhou por mais de uma década como vaqueira em um latifúndio em Matrinchã, região noroeste do estado, porém o contratante a registrou como trabalhadora doméstica. Dessa maneira, se tornou difícil para Helena comprovar judicialmente o exercício profissional na área rural pelo tempo de serviço exigido para o benefício.

Quando procurado pela trabalhadora, sob orientação de uma advogada, o latifundiário se negou a assinar uma declaração atestando que a mulher havia trabalhado na ordenha de vacas durante o período que permaneceu em sua propriedade. Assim, como às vezes permite o jornalismo, Helena é quem se auto-declara através de uma reportagem sonora. Não para fins de comprovação judicial, mas simplesmente para que o seu discurso, que se repete em outras histórias de vida de mulheres camponesas, tome outras formas.

Por sorte, para os jornalistas, as narrativas da camponesa também declaram, para além das suas experiências pessoais, que é possível uma outra prática do jornalismo - considerando o sujeito do processo, não apenas ao longo dele. O trabalho, cujas descrições e metodologia serão apresentadas a seguir, não foi realizado para incluir ou dar visibilidade social a Helena, mas sim para apresentar à comunidade acadêmica a plenitude de seu discurso como exemplo.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Para a elaboração da grande reportagem foi levado em conta o método da biografia humana que, “do ponto de vista jornalístico, é uma ferramenta que ajuda a entender o universo do entrevistado. E, sem dúvida, permite ao aluno ou quem dela se utilize refletir suas concepções de ser humano” (MARTINEZ, 2008, p.214).

No entanto, neste caso, além da biografia humana, houve a produção de uma autobiografia, que, seguindo a lógica do jornalismo compartilhado, considera o sujeito do processo, ou seja, como autor das narrativas e não apenas como personagem central delas.

Outras metodologias que serviram de referência para o desenvolvimento do trabalho foram a pesquisa participante e a entrevista em profundida, aberta e semi-estruturada. Observação participante “consiste na inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada” (PERUZZO, 2009, p.125). Já a entrevista em profundidade é uma “técnica qualitativa que

explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada” (DUARTE, 2009, p.15).

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

Levando em conta tais inspirações metodológicas, mas sem se distanciar tanto da proposta do fazer compartilhado, a reportagem biográfica sonora apresenta, em sua construção, dois enredos distintos. O primeiro, da própria Helena Chiareli, tomou forma em primeira pessoa. Por outro lado, é a estudante de jornalismo quem narra, da sua perspectiva de observadora-participante, em terceira pessoa.

Os relatos da autora central, Helena, foram registrados em um gravador de voz, que em seguida foram transcritos, reorganizados e regravados em um estúdio de rádio. Para tanto, contou-se com a participação de uma atriz convidada, Lara Moura, que interpretou as falas de primeira pessoa.

Na sequência, o áudio foi editado, acrescido de trilha sonora e gravado em um CD. O produto final, com a edição, apresenta 40 minutos de duração, separados em blocos narrativos diferenciados apenas pela mudança da trilha sonora ou ausência dela.

Em primeiro lugar, é possível ouvir o nome do produto, “Helena”, e as suas autoras, “Helena Chiareli e Jéssica Chiareli”. Em seguida, há um capítulo de abertura narrado em primeira pessoa pela personagem central, a própria Helena. Ela relata brevemente a sua infância, na idade de sete anos, quando começou a ajudar o pai a plantar. O segundo bloco é narrado em terceira pessoa pela observadora participante, a estudante, que conta das dificuldades em entrevistar a própria vó para a elaboração da reportagem sonora - ou seja, tem-se aí uma metalinguagem.

Na parte seguinte, a personagem central retoma a fala em primeira pessoa e continua narrando a infância, quando vivia com a família na área rural de Monte Alegre de Goiás. A narradora conta do nascimento das duas primeiras irmãs. Depois, é apresentado ou leitor-ouvinte as histórias de nascimento dos outros irmãos, bem como do tratamento que eles recebiam do pai quando crianças.

Em outro trecho, já em terceira pessoa, é revelada as situações de violência vividas pela mãe da personagem central e da mudança da família para a zona urbana. No próximo bloco, retomando a narrativa, Helena conta como era a vida na cidade, sobre a necessidade de trabalhar fora e ainda assim ajudar o pai na produção de doces.

As vivências na cidade abrem, então, espaço para outros acontecimentos: o casamento, retorno para o campo e nascimento da primeira filha, todos narrados em terceira pessoa. Novamente em primeira pessoa, são narrados outros episódios da vida no campo, como o preparo da merenda dos filhos para a escola.

Após, a narradora-observadora conta do retorno da família para a cidade, quando Helena começou a trabalhar em um restaurante. No novo bloco, ainda em terceira pessoa, o nascimento da primeira neta e narrado, bem como a separação da filha, a mudança para Matrinchã e a volta para o campo.

Depois, em primeira pessoa, a personagem narra a volta para o município de Matrinchã e as tentativas de aposentadoria. Por fim, a narrativa final, em terceira pessoa trata de outro episódio da vida na área rural, quando os filhos de Helena ainda eram crianças.

Além da questão estética e de construção literária, a variação de narrações é necessária para a abordagem de assuntos delicados, como a questão da violência. Narrada em primeira pessoa, pela própria personagem, a fato ganharia um tom apelativo. Como o relato por si só já assombra, neste caso, entende-se que é indicado outra perspectiva de narração para enuncia-lo.

6 CONSIDERAÇÕES

Durante a trajetória de desenvolvimento da reportagem sonora biográfica “Helena”, foram encontradas algumas possibilidades e, também, algumas contradições. A primeira delas é a ausência das narrativas na própria voz de Helena Chiareli, que foi substituída pela voz de uma atriz.

Ao se realizar um trabalho em que se defende a plenitude do discurso, entende-se que essa escolha poderia ter sido melhor avaliada. Outra contradição diz respeito a ausência do corpo que fala, pois, na cultura popular, os gestos, as emissões do canto e a memória narrativa “estão prenes de tempos e situações marcadas e marcantes” (ALVES, 1985, p.15).

Para a proposta, que foi o desenvolvimento de um projeto experimental, o produto radiofônico produzido atende às expectativas e pode sim ser uma possibilidade para o fazer jornalístico compartilhado, fortalecendo as amarras de uma comunicação que, antes de qualquer coisa, é humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Luiz. As culturas populares e o presente aberto. In: *Comunicação e Sociedade: comunicação ciência e cultura*. ed. Liberdades. Ano VII. nº 13. CNPQ: São Bernardo do campo, 1985. Pp.15 – 19.

BENEDICTO, Samuel et al. *Precarização das Relações do Trabalho Rural no Brasil: Uma abordagem Histórico-Analítica*. GPR: Natal, 2007. P.01. Disponível em: Acesso em: 05/02/2016.

BEZERRA, Francimar. Assim miro o mercado de trabalho. In: ROCHA, Nilton; NOGUEIRA, Lídia (org.). *Cadernos de Comunicação*. v.3 n.3. Goiânia: UFG, 1995. pp. 31-33

BRASIL. *Regulamentada a profissão de vaqueiro no País*. Portal Brasil, 2013. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/10/regulamentada-a-profissao-devaqueiro-no-pais>>. Acesso em: 04/02/2016

_____. *Comissão aprova projeto que muda definição de trabalho escravo no Código Penal*. Câmara dos Deputados. Brasília, 2015. Disponível em: Acesso em: 02/02/2016.

DUARTE, Emmy. *As mulheres trabalhadoras rurais: uma interlocução entre gênero e movimento sindical na Paraíba*. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009. pp. 1-17. Disponível em: Acesso em: 12/02/2016

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org). *Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2009. pp. 62 – 83.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1981.

MARTINEZ, Mônica. *Jornada do Herói: a estrutura mítica na construção de história e vida em jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2008.

Martins, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. McLuhan, Marshall. *A Galáxia de Gutenberg*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.

PERUZZO, C.M.K. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge (org). *Teoria e Método de pesquisa em Comunicação*. São Paulo: editora, 2009. pp. 125 – 143.

SILVA, Renato. *Conflito entre cultura oral e cultura escrita: o analfabetismo como resistência à modernidade*. IV ENECULT. SALVADOR: UFBA, 2008. Disponível em: < <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14177.pdf>> Acesso em: 03/02/2016

SOARES, Gleiser. *A aposentadoria rural*. Belo Horizonte: IEPREV, 2009. Disponível em: < www.ieprev.com.br/conteudo/id/13897/t/a-aposentadoria-rural> Acesso em: 12/02/2016